



Visibilizar as narrativas de rua - A dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão.

Autores:

DANIELE CARON - PROPUR - UFRGS - daniele.caron@ufrgs.br

RENATA CARRERO - PROPUR - UFRGS - arq.renatacarrero@gmail.com

BÁRBARA HYPOLITO - PROPUR - UFRGS - hypolito.barbara@gmail.com

DIOGO VAZ - PROPUR - UFRGS - diogovazjr@gmail.com

Resumo:

O texto convoca uma abordagem do urbano contemporâneo a partir das narrativas cotidianas que constituem a paisagem. Desafiando as metodologias de planejamento e projeto urbano distanciadas da experiência dos sujeitos e seus modos de subjetivação no território, focalizamos as narrativas frequentemente invisibilizadas pela homogeneização e espetacularização urbana. A partir de uma trama epistemológica entre paisagem e narrativa, descrevemos a metodologia de análise dos relatos do Jornal Boca de Rua, para compreender a dimensão pública da paisagem do centro de Porto Alegre/RS. São discutidos os conceitos de prefiguração, configuração e refiguração de Ricoeur (2003) enquanto operações da narrativa que, combinadas ao indício integrador de Barthes (1977) e o cronotopo de Bakhtin (1989), possibilitam a construção de um metatexto cartográfico. As cartografias tensionam a dimensão pública da paisagem, trazendo o pertencimento, a visibilidade e a cidadania como atravessamentos do corpo político nas ruas.

VISIBILIZAR AS NARRATIVAS DE RUA

A dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão.

ABORDAR O URBANO ATRAVÉS DAS NARRATIVAS DA PAISAGEM

Como abordar o urbano na cidade contemporânea a partir de uma lógica narrativa? De que modo se articulam os conceitos de paisagem e narrativa, e como esta articulação se relaciona à dimensão pública da paisagem urbana? Estas perguntas tensionam modos de pensar e agir na investigação, que deseja olhar para as subjetividades que constituem o urbano. Compreender a cidade através destas subjetividades é pensá-la como um emaranhado de histórias que atravessam as temporalidades de modo sincrônico, carregando memórias pretéritas, encontros fugazes, desejos futuros.

Entendemos as narrativas urbanas como dispositivos projetuais que podem provocar novos agenciamentos na cidade, desafiando a disciplina urbanística saturada de metodologias de projeto e planejamento urbano distanciadas da experiência vivida dos sujeitos e coletividades, portanto, das subjetividades que os constituem. Instrumentos abstratos, os planos urbanos frequentemente idealizam modos de viver na cidade que pouco dialogam com a realidade que se transforma de modo veloz e imprevisível, além de obedecerem às lógicas econômicas do mercado que instituem o modo hegemônico de operar o território. Estamos falando de um tipo de planejamento que ignora os sujeitos em suas diferenças e conflitos, que homogeneiza hábitos através do consumo globalizador, que rompe com o sentido de pertencimento entre comunidade e território.

Este tipo de planejamento urbano cria, por sua vez, as condições ideais para um processo de espetacularização urbana que tem nos grandes projetos urbanos a sua faceta mais visível. Resultado da onda de planejamento estratégico que inicia no Brasil a partir dos anos 1990, estes projetos frequentemente denominados de “requalificação urbana” se caracterizam pela culturalização, gentrificação, estetização, privatização, entre outros. Passadas mais de duas décadas, estes projetos têm sido alvo de reflexão crítica por parte do meio acadêmico a partir de abordagens da geografia, das ciências sociais, e da própria disciplina urbanística. São recorrentes as críticas que colocam em evidência a homogeneização urbana, o apagamento das diferenças, e sobretudo a disseminação de um discurso que se apropria das ideias de espaço público, cidadania, diversidade e participação

para dar lugar a espaços esvaziados de interlocuções sociais que sustentam a arena de disputa no território.

Este excesso de design que borra as diferenças e que esfacela completamente os traços culturais que constituem (ou poderiam constituir) a cidade brasileira enquanto espaço de multiplicidade, tem contribuído para que a paisagem urbana se transforme em mais um produto de consumo da vida contemporânea. É o que Muñoz (2008) chama de “banalscapes” referindo-se a um tipo de paisagem oferecida como produto aos habitantes da cidade, e que serve aos interesses da economia global. Estas paisagens, entendidas por Muñoz (2008) como “capital acumulado até o ponto de que se converta em imagem”, se expressam frequentemente em frentes fluviais ou marítimas e centros históricos que se convertem em cenários urbanos estandardizados, organizados, seguros, vinculados ao consumo e à especulação.

Este entendimento da paisagem enquanto um cenário ideal que propõe uma vida urbana caracterizada por consensos é absolutamente avesso à ideia de paisagem como um fenômeno que inter-relaciona sujeito e território e está em permanente tensão e transformação. Além disso, contribui para uma estigmatização da paisagem enquanto bem cultural de ampla escala que evolui temporalmente de modo linear, ao invés de entendê-la como um bem relacional (CLEMENTI apud MATA y TARROJA, 2006) ou como marca e matriz de percepção (BERQUE, 1998). Entendemos que a paisagem se constitui a partir das diferenças; é um todo contextual e ao mesmo tempo uma coleção de olhares que se entrecruzam no cotidiano. É o olhar de um sujeito em sua particularidade, e ao mesmo tempo o agenciamento desses olhares na medida em que se transforma em memória coletiva.

Abordar a paisagem a partir desta memória coletiva é colocar atenção na experiência do sujeito, na multiplicidade de olhares e vozes que fundam as histórias de vida, as histórias dos lugares, as histórias da cidade. Pensar a paisagem pela narrativa é um processo aberto, ainda sujeito à novas descobertas. A analogia entre os dois conceitos parte da concepção fenomenológica da paisagem, na qual se fundem sujeito e território num constante agenciamento, e da narrativa como um caminho para contratar a experiência da/na cidade.

A concepção da paisagem como texto cultural permite a intersecção de dois fenômenos semelhantes de natureza muito específica, já que ambos se caracterizam como operações configurantes do espaço-tempo. Choay (1997) comenta que Victor Hugo (1832) não hesita em comparar a arquitetura a um texto e as cidades a livros; e Barthes (1953) explicava que cada cidade antiga pode ser comparada a um livro em sua escrita particular (CHOAY, 1997, p.52-53). Embora se trate de cidades, ambas afirmações remetem à paisagem e à narrativa pois se referem ao fenômeno intrínseco de superposição de elementos no espaço através do tempo, em uma ordem específica, que varia de acordo com o olhar do sujeito e suas valorações a respeito do mundo e seus fatos.

A paisagem não é somente o cenário de fundo para a narrativa, mas também a figura que gera as histórias, de modo que é possível encontrar a paisagem através da estrutura das

histórias. Paisagem e narrativa são conceitos necessariamente vinculados à experiência vivida, já que as paisagens não são simplesmente memórias de histórias, mas precisamente existem em função destas histórias. Através da paisagem, a dimensão temporal da narrativa se torna visível, e o espaço se enche dos movimentos do tempo, enredo e história, e responde a eles.

De acordo com Potteiger e Purinton (1998, p.23) conceber narrativas da paisagem significa unir o que é comumente tratado como cena material ou visual, a uma rede menos tangível, mas não menos real. É possível conhecer a paisagem através da textura, estrutura e processos das narrativas. Aproximar-se da narrativa como método de leitura de paisagem, permite o acesso à experiência, conhecimento, contingências do tempo e outros aspectos do fenômeno, geralmente não acessíveis por outros meios.

A partir de Certeau (2014) também podemos argumentar a importância das narrativas, a partir do entendimento dos agenciamentos cotidianos que configuram o campo das significações e das materializações da cidade, no que se refere a uma problematização das narrativas constituidoras da paisagem urbana enquanto campo de disputa. A cidade, como lugar construído, é organizada por uma lógica de operações especulativas que combina gestão e eliminação, funciona como lugar de transformações e apropriações (CERTEAU, 2014, p.160). Neste processo, a administração da “cidade-conceito” (CERTEAU, 2014, p.160) rejeita do espaço tudo aquilo que não é tratável, que se constitui detrito, anormalidade, desvio (CERTEAU, 2014).

Maricato (2000) nos demonstra que o modelo de desenvolvimento das cidades brasileiras tem raízes coloniais, as quais instituem uma “dominação fundada sobre o patrimonialismo e o privilégio” (p.31). Tais raízes também estão associadas ao período que vai de 1930 a 1980, onde a forte intervenção estatal na vida política e econômica evidenciou a reflexão da concentração de riquezas na construção das cidades (MARICATO, 1996). Foi justamente essa política urbana, implementada pelo Estado autoritário, que mostrou o “caráter excludente das medidas modernizantes de produção do espaço urbano” (MARICATO, 1996, p.15). Deste modo, a linguagem do poder foi se urbanizando e gerando um processo de segregação espacial que exclui de maneira imperativa uma parte importante da população cujo direito à cidade e à paisagem urbana é continuamente destituído.

Mesmo que o sistema busque gerir e controlar o cotidiano da vida na cidade, ela acaba por produzir possibilidades de modos de vida desviantes, sujeitos que existem e sobrevivem daquilo mesmo que se quer omitir. Esse quadro suporta, como colocado por Santos (2002), uma variedade de movimentações, relações e encontros permanentemente sustentados no espaço geográfico da cidade, demonstrando uma diversidade socioespacial que produz uma grande capacidade de adaptação na vida urbana. O processo de constituição da cidade é, então, exacerbado por uma trama de narrativas que se constituem por um lado, a partir da lógica hegemônica de produção do espaço urbano; e por outro, dos relatos que colocam em evidência a experiência urbana demarcada pela exclusão em consequência da desigualdade social.

Como proposto por Certeau (2014), ao invés de permanecer discutindo no campo de um discurso que mantém um privilégio, a intenção é considerar as práticas “microbianas, singulares e plurais” (p.161) que desviam àquelas incentivadas por políticas de planejamento que constroem espaços na cidade a serem vivenciados por um modo privilegiado de vida. Estas relações hegemônicas em nossa sociedade estão baseadas, principalmente,

[...] nos princípios do domicílio, do núcleo familiar, do trabalho, da produção e da propriedade privada. Todas essas relações são rompidas quando um indivíduo deixa de habitar uma casa, de se relacionar com sua família, deixa de trabalhar formalmente e produzir, deixa de ser um consumidor, e estabelece novas relações com o espaço e sociedade, baseada na mobilidade permanente, no uso temporizado do espaço urbano segundo suas características contingenciais e na formação de núcleos familiares alternativos, onde a família são companheiros de vivência na rua. (PALOMBINI, 2015, p.17)

Assim, propomo-nos a pensar a paisagem urbana a partir dos relatos de sujeitos em situação de rua, registradas no Jornal Boca de Rua, de Porto Alegre/RS. Tais narrativas são constituídas por uma outra lógica que se espacializa e se visualiza na paisagem no momento em que se ocupa a cidade, transformando o sentido funcional das estruturas urbanas. Salienta-se que a administração pública da cidade não legitima esse modo desviante de habitar, pois é um modo que atua de maneira contrária à exatidão controlada pelo sistema; modos estes que se “justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade” (SANTOS, 2002, p.326).

A TRAMA EPISTEMOLÓGICA ENTRE PAISAGEM E NARRATIVA

Ricoeur compara narrativa e arquitetura, construindo contribuições no campo da filosofia, pondo atenção no tema das permanências e das diferentes variações no tempo. Este filósofo, atento ao trabalho da memória, estabelece:

[...] um paralelismo estreito entre arquitetura e narratividade, no qual a arquitetura é para o espaço o que o relato é para o tempo, uma operação configuradora; um paralelismo entre construir, quer dizer, edificar no espaço, e por outro lado, o ato de narrar, dispor a trama no tempo. (RICOEUR, 2003, p.11 - tradução própria)

Em seu estudo comparativo, o autor entende que a narrativa tem uma leitura plural. O mesmo se pode dizer da paisagem. Na paisagem se encontra uma sobreposição de estilos, de modos de viver, depositados na matéria, como marcas que são constantemente reinterpretadas em um tempo não linear.

Deste modo, se reafirma que a analogia entre arquitetura e narratividade tem utilidade para a reflexão sobre a paisagem. Se a paisagem pode ser ilustrada como a estratificação de memórias, inseri-la como categoria operativa para pensar a cidade e o território demanda o reconhecimento das narrativas, sejam orais, literárias ou imagéticas. Recordando as reflexões sobre as dimensões espaço e tempo, Ricoeur afirma que o tempo do relato é uma mescla do tempo vivido com o tempo cronológico do calendário, enunciado por Santo Agostinho como presente do passado – a memória –, presente do futuro – a espera –, e presente do presente – a atenção. O espaço construído é uma mescla entre lugares de vida e espaço geométrico (RICOEUR, 2003, p.12-13) que podemos relacionar com a ideia de espaço relacional na paisagem (CARON, 2017).

A fusão entre a espacialidade do relato e a temporalidade do ato arquitetônico, respectivamente representados pela narratividade literária plasmada na linguagem e pelo projeto arquitetônico plasmado na pedra, ocorre através de três figuras conceituais, entendidas por Ricoeur como rubricas sucessivas: prefiguração, configuração e refiguração.

Na prefiguração o relato se emprega na vida cotidiana, na conversação antes de separar-se da mesma para produzir formas literárias; na arquitetura está vinculado à ideia ou ato de habitar, como pressuposição do construir. Na configuração o tempo construído realmente é o tempo relatado; o que encontra paralelo no ato intervencionista de construir cuidando de habitar. E, finalmente, a refiguração que se refere ao ato de leitura e releitura do relato; uma vez que apresenta um habitar refletido que reformula a memória do construir como acontece na releitura das cidades e lugares que habitamos (RICOEUR, 2003).

A prefiguração define o ato de habitar como gerador do ato de construir. Coloca o ambiente como origem do ato arquitetural e engloba este mesmo ambiente como função deste ato. O paraíso perdido enquanto refúgio para o desejo humano denota a necessidade desse habitar. Tanto na escala da arquitetura como na do urbanismo, o habitar gera operações do construir que se desdobram na dialética do refúgio e do deslocamento: o permanecer, o parar e estabelecer-se se interseccionam com o ir e vir. O habitar se compõe de ritmos, pausas, fixações e deslocamentos compondo um verdadeiro sistema de gestos destinados às interações da vida humana (RICOEUR, 2003). Pleno de significados, o sistema de gestos gera o desejo, a intenção de apropriar-se do espaço-tempo para compreender-se a si mesmo fundamentando o fenômeno paisagístico que nasce da percepção/representação. O desejo de paisagem nasce no limiar da cultura.

A configuração se refere à técnica narrativa e implica três componentes que constituem o ato de relatar/construir: a intriga, a inteligibilidade e a intertextualidade.

A colocação em intriga se refere à trama de acontecimentos, aspectos da ação e causas/razões para agir, presentes no relato. Para ir de uma situação inicial a uma situação final, a narrativa necessita de episódios que concentram uma série de elementos interdependentes. Na arquitetura, refere-se à mensagem polifônica que integra uma série de variáveis, na qual é possível identificar a reciprocidade entre o todo e suas partes (RICOEUR, 2003). A afirmação do autor de que o espaço construído é tempo condensado

representa muito bem a paisagem, composta por uma série de memórias petrificadas no tempo. Sobretudo, a polifonia e a qualidade de inserir um elemento discordante em um *continuum* revelam os aspectos ambíguos e as tensões existentes na paisagem. A configuração da intriga é um convite para fazer perguntas.

A inteligibilidade é a qualidade de tornar compreensível o inextricável, compor a cena de modo que exista um sentido. Na escrita é o que confere durabilidade ao objeto literário; na arquitetura é o que confere dureza/durabilidade ao objeto construído (RICOEUR, 2003). Na paisagem, a inteligibilidade é o que torna possível ao sujeito a interpretação da cena que tem experimentado, a coerência entre os elementos que participam do contexto.

A intertextualidade refere-se ao confronto de diversos relatos, muitas vezes contraditórios; a cidade tem a mesma propriedade: uma grande intertextualidade que admite dissonância. Na arquitetura, a trama dos edifícios na cidade contextualiza uma nova que se insere e que redefine essa contextualização. Um ato configurador que permite a historicidade de um novo edifício em um espaço já construído (RICOEUR, 2003). A intertextualidade é uma característica da paisagem entendida como trama de histórias, onde a cada momento pode ser adicionada uma nova história, um novo olhar, um novo elemento concreto, que por sua vez transformará inevitavelmente a paisagem.

Finalmente se chega à refiguração, que vincula mais estreitamente a narrativa e a arquitetura por meio do intercâmbio de significados entre o tempo narrado e o espaço construído. Aqui o leitor ganha protagonismo na narrativa, em um processo ativo no qual não somente se revelam as proposições do texto, como se criam outras, a partir das expectativas de quem está lendo. A dialética entre as proposições originais e as expectativas é facilmente reconhecida na releitura das cidades, pela possibilidade de ler e reler os lugares de vida a partir de outras maneiras de habitar (RICOEUR, 2003). Se a paisagem é marca porque expressa uma civilização, e também matriz porque participa dos esquemas de percepção, concepção e ação (BERQUE, 1998), então a refiguração representa o apogeu da analogia entre paisagem e narrativa.

A prefiguração é como o jogo entre o habitar e o construir e não está definido qual precede a qual; a configuração é como o avanço do ato de construir sobre o de habitar na forma de projeto arquitetural; e a refiguração é um novo habitar que replica o ato de construir. É possível assim, reafirmar a crítica sobre a maneira de incorporar a paisagem e o planejamento das cidades e territórios contemporâneos. Pôr mais atenção no habitar do que no construir e na expectativa dos sujeitos de uma comunidade em que a morfologia do território possa ser chave para tornar efetiva a conceituação da paisagem como fenômeno vivo, destacando o papel decisivo do sujeito que olha e transforma a paisagem através de seu olhar.

A analogia proposta por Ricoeur (2003) constitui o núcleo teórico a partir do qual se busca desenvolver a analogia entre paisagem e narrativa. De modo que para o estudo da paisagem as três figuras conceituais de Ricoeur - prefiguração, configuração e refiguração - funcionam como operações que nos permitem adentrar no relato a fim de reconhecer

conceitos que trazem a tona o conteúdo subjetivo que se agencia permanentemente entre sujeito e território e dá origem ao fenômeno da paisagem.

Um destes conceitos se refere à ideia de *indício integrador* de Roland Barthes (1977) como um conceito que é transversal à narrativa, muitas vezes implícito, mas que funciona como um viés a ser percorrido. Através do qual podemos entender a paisagem, e tecer argumentos que pretendem propor um pensar/projetar/agir outro no urbano.

Na obra 'Introdução à análise estrutural do relato', Barthes (1977) desenvolve detalhadamente a estrutura da narrativa, buscando compreender o sistema implícito de unidades e regras que se estendem para além da unidade linguística. O autor, assim como outros de seu tempo, busca organizar o discurso em uma perspectiva integradora na qual os conceitos, personagens, tempos e modos de narração estejam conectados; empreende a busca do reconhecimento de um fio que integre transversalmente todas as outras instâncias da narrativa. A funcionalidade do *indício integrador* na narrativa é indiscutível não tanto em relação à história mas em relação ao discurso, e implica uma atividade de deciframento (BARTHES, 1977, p.22).

Compreender um relato não é só seguir o desenrolar da história, é também reconhecer «estágios», projetar os encaminhamentos horizontais do «fio» narrativo sobre um eixo implicitamente vertical; ler (escutar) um relato, não é só passar de uma palavra a outra, é também passar de um nível a outro. (BARTHES, 1977, p.71 - tradução própria)

Isto explica que o sentido não está no final do relato, mas no que o atravessa. De modo que a instância integradora do relato remete a um conceito mais ou menos difuso, embora necessário para o sentido da história. Como unidades semânticas, os *indícios integradores* estão fora da frase explícita, pois são sanções paradigmáticas da narrativa. Ao *indício integrador* correspondem às relações metafóricas da narrativa (BARTHES, 1977, p.75-76).

Também na paisagem é interessante perceber a presença dos temas. Uma interpretação por meio da lógica narrativa busca encontrar os temas que compõem a paisagem, fazê-los 'dialogar' entendendo a paisagem como um projeto de experiência narrativa. O pesquisador, ao reconhecer um tema da paisagem captura um fio da paisagem e o segue até o reconhecimento dos processos que marcam a experiência do sujeito. Os fios se entrecruzam, e sempre existe a possibilidade de saltar a outro tema, e atravessar a paisagem de outro modo, segundo outro ponto de vista.

A questão temporal-espacial que atravessa a paisagem e a narrativa é intermediada por Bakhtin (1989) com o conceito de *cronotopo*. Para desenvolver a metáfora do *cronotopo* de Bakhtin nesta investigação, tomamos como referência o tempo na narrativa de Ricoeur. O autor desenvolve uma importante reflexão sobre a narrativa histórica a partir da oposição do tempo cosmológico de Aristóteles e o tempo 'da alma' de Santo Agostinho. O tempo

torna-se 'humano' precisamente quando é "organizado à maneira de uma narrativa", e a narrativa extrai o seu sentido exatamente da possibilidade de "retratar os aspectos da experiência temporal". (RICOEUR apud BARROS, 2012, p.8-9).

Bakhtin (1989) desenvolve a metáfora do cronotopo, fazendo referência à conexão essencial de relações temporais e espaciais assimiladas artisticamente na literatura, caracterizando o tempo como quarta dimensão do espaço.

O tempo se condensa aqui, se comprime, se converte em visível desde o ponto de vista artístico; e o espaço, por sua vez, se intensifica, penetra no movimento do tempo, do argumento, da história. Os elementos do tempo se revelam no espaço, e o espaço é entendido e medido através do tempo. (BAKHTIN, 1989, p.238 - tradução própria)

De acordo com este autor, tempo e espaço organizam o argumento da narrativa, possuindo portanto, importância temática. Como centros organizadores da novela, no cronotopo se enlaçam e desenlaçam os nós de argumentos (BAKHTIN, 1989, p.400), e são pontos fundamentais para o desenvolvimento das cenas.

Ao recordar uma história narrada ou lida é fácil observar que o cronotopo é a base que sedimenta o tema que se quer desenvolver. Ao recordar um acontecimento, no marco da experiência vivida, a memória exige um cenário, um suporte espacial no qual subjaz. Segundo Bakhtin, o cronotopo, enquanto materialização principal do tempo no espaço "constitui para a novela um centro de concreção plástica, de encarnação. Todos os elementos abstratos da novela como generalizações filosóficas e sociais, ideias, análises de causas, entre outros, levam até ao cronotopo" (BAKHTIN, 1989, p.401 - tradução própria).

No entanto, durante a narração, o autor fala ou escreve sobre os acontecimentos ocorridos em outro espaço-tempo, portanto o cronotopo da narrativa é uma representação do mundo real, povoada de referências e memórias do narrador. Ao recontar a história, o narrador muda detalhes, fazendo com que a narrativa ganhe vida própria. As determinações espaços-temporais são inseparáveis e sempre matizadas desde o ponto de vista emotivo-valorativo. O espaço-tempo narrado é outro, sempre afetado pelo momento presente, o que implica diferentes valorações dos mesmos elementos componentes da história.

A cada história contada, uma nova perspectiva sobre aquele espaço-tempo se abre, permitindo ao narrador novas posturas ante sua própria experiência vivida. "O narrador retira de sua própria experiência ou da de outros o que conta e, por sua vez, incorpora as coisas narradas à experiência de seus interlocutores" (BENJAMIN 1994, p.201). A narrativa implica um conhecimento adquirido através da ação e das contingências da experiência vivida.

Esta sobreposição de cronotopos remete à imagem de uma paisagem-*palimpsesto* que visibiliza os dissensos urbanos próprios dos contextos contemporâneos. "Os cronotopos

podem incorporar-se um ao outro, podem coexistir, combinar-se, suceder-se, comparar-se, confrontar-se ou encontrar-se completamente inter-relacionados” (BAKHTIN, 1989, p.402-403 - tradução própria).

Tratamos aqui da intermediação entre os conceitos de paisagem e narrativa, entendendo o estudo como um processo ainda em aberto e receptivo a novas abordagens em termos de dimensões, operações e estruturas análogas ou complementares. A seguir, abordamos os conceitos de prefiguração, configuração e refiguração de Ricoeur (2003) como operações da narrativa que se aplicam ao estudo da paisagem. Finalmente trazemos os conceitos de indício integrador de Barthes (1977) e cronotopo de Bakhtin (1989) como estruturas que formam parte da narrativa: o primeiro que se propõe a reconhecer as diferentes perspectivas que marcam as histórias de vida que se entrecruzam na cidade; o segundo, que busca desconstruir a ideia de uma espacialidade consequente com um tempo linear. Ambos conceitos podem ser interpretados através das operações de Ricoeur, e juntos definem uma nova trama conceitual que dá a ver os argumentos que organizam o relato da paisagem.

A PRÁTICA METODOLÓGICA COMO EXERCÍCIO DO PENSAMENTO

Este texto convoca a trama epistemológica e metodológica tecida entre os pesquisadores da investigação intitulada “Evocar a paisagem, traduzir a narrativa: analogias entre sistemas culturais de significação”. A metodologia que aqui queremos discutir busca relacionar os conceitos de paisagem e narrativa, que são operados pelos sujeitos e coletividades em sua experiência cotidiana na cidade.

Os primeiros passos foram entre 2006 e 2010, com o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a leitura da paisagem através de uma lógica narrativa de um território ao norte da Espanha, onde experimentamos a elaboração de um glossário de fragmentos literários e imagéticos da paisagem, concebido através da experiência percurso-relato. O início da tessitura da analogia entre paisagem e narrativa, inicia pelos estudos sobre as unidades semânticas que compõe o relato como os ‘temas’ presentes na crítica literária de Kundera, as operações da narrativa sugeridas por Ricoeur e as contingências entre o tempo, o espaço e a experiência na paisagem interpretados principalmente nas obras de Cortázar, Magris, Certeau, entre outros. O que demonstramos nesta pesquisa é que a atenção aos aspectos narrativos da paisagem podem dar a ver um tipo de conhecimento sobre o território que tensiona o modo hegemônico de operá-lo, acessando a experiência vivida e, através dela, desvelando novos processos de projeto abertos à complexidade e diversidade contemporânea.

A segunda experiência de pesquisa empreendida buscando as conexões epistemológicas e metodológicas entre paisagem e narrativa se realizou em Paraty, umas das primeiras cidades do Brasil colonial no Estado do Rio de Janeiro. Em Paraty a intersecção entre paisagem e narrativa se deu através da experiência relato-escuta-cartografia, em que

transcrevemos oito relatos etnográficos que narram a paisagem vivida, transformada, celebrada, destituída, ameaçada. Os procedimentos metodológicos incorporados aqui são operações relacionadas à análise de discurso – fragmentação, categorização e metatexto – que foram tangenciadas pelas figuras - prefiguração, configuração e refiguração – de Ricoeur (2003). Baseados nas concepções de indício integrador de Barthes (1977) e de cronotopo de Bakhtin (1989), fragmentamos os relatos a fim de encontrar unidades semânticas que pudessem ser postas em relação (categorização) e deste modo expressar-se em um metatexto cartográfico. Nova leitura foi realizada nestas cartografias, e interpretamos alguns argumentos que podem produzir novos sentidos para o projeto de cidade e território, desencadear novos processos de resistência e mobilização social e cultural por direito à cidade e a paisagem. No que se refere ao direito à memória sem que isso signifique a patrimonialização da paisagem e das práticas sociais e culturais e sua comercialização enquanto bem de consumo.

Portanto, nesta segunda experiência, se insere de modo mais consistente os conceitos da análise discursiva: ideia de indício integrador do relato (Barthes) que atravessa a narrativa; de *cronotopo* (Bakhtin) que pauta o espaço-tempo na narrativa; de argumento como expressão conceitual que pode deslocar o projeto de cidade e território no sentido do reconhecimento dos seus dissensos e conflitos. Sempre tendo em conta que nos apropriamos das narrativas para pensar a paisagem e a cidade contemporânea a partir do nosso corpo sujeito e corpo pesquisador. Pensando na experiência metodológica como um processo que vai se montando a partir da vivência do pesquisador.

As cartografias e as coreografias da paisagem narrada também são resultantes desta experiência em Paraty, e abrem a discussão para o ato de cartografar como estágio de pensamento sobre as diferentes dimensões da cidade e da paisagem. Buscávamos uma outra expressão para aquela paisagem que estava sendo narrada, onde emergissem estas questões discursivas sobre as quais estávamos trabalhando. Entendendo que a expressão destas questões poderia significar plasmar a subjetividade das experiências e memórias narradas em um tipo de suporte que, de alguma maneira, dialogasse com os processos e práticas do projeto e planejamento urbano.

Na terceira experiência a metodologia se desloca mais uma vez. Desta vez o território em questão é o centro da cidade de Porto Alegre/RS, e nos perguntamos sobre a dimensão pública desta paisagem a partir das vozes das pessoas em situação de rua. Dado o atual contexto brasileiro de desmonte das políticas públicas, consideramos pertinente focalizar as narrativas da população cujas demandas e conflitos cotidianos são permanentemente invisibilizadas, e portanto não participam dos processos de projeto e de planejamento urbano vigentes.

A não visibilização das práticas cotidianas destes sujeitos em permanente deslocamento urbano, que em função de sua condição socioeconômica dependem desmesuradamente de tudo aquilo que é público, desautoriza suas falas, e estas falas como constituidoras de uma parte da cidade. Ribeiro (2017) chama de interrupção de regime de autorização discursiva, no sentido de autorizar novos discursos que tem sido absolutamente

silenciados ao longo do tempo. A autora aponta para a importância de quebrar o sistema vigente que invisibiliza estas narrativas. Estabelecer um contato com as narrativas das pessoas em situação de rua é uma aposta no sentido de deslocar este regime de autorização, de romper com as discursividades hegemônicas que têm sido legitimadas ao longo do tempo, em detrimento das vozes das comunidades e grupos sociais menos favorecidos, política, social e economicamente. Portanto, atingir o objetivo de entender a dimensão pública da paisagem, a visibilização desses sujeitos e das subjetividades que fundam seu modo de olhar a cidade é um percurso necessário, através da autorização de seus lugares de fala.

A busca pelos meios de autorização destas falas, levou-nos a eleger como suporte de pesquisa o Jornal Boca de Rua, cujos relatos são produzidos integralmente por um coletivo de moradores em situação de rua. Os relatos do jornal nos falam sobre as histórias cotidianas do sujeito em situação de rua, suas lutas e a afirmação de suas vozes em um momento de crise de valores e de desmonte de tudo aquilo que é público no Brasil. Eles abarcam um centro expandido de Porto Alegre, território conhecido por ser o lugar das manifestações políticas, que expressa uma síntese da cidade com todas as suas diferenças expostas, e que concentra grande parte das instituições 'públicas' que devem dar suporte aos cidadãos.

Para contar a história desta terceira experiência, entraremos no processo de análise dos relatos do jornal Boca de Rua, apresentando alguns achados epistemológicos que redimensionam a dimensão pública da paisagem através de processos de acolhimento e controle para cada um dos temas encontrados nas narrativas.

MODO DE OPERAR O BOCA DE RUA

Retomamos aqui as figuras conceituais de Ricoeur para explicitar de que modo tornaram-se operações de análise dos relatos da paisagem.

Entendemos a *prefiguração* como sistema de gestos plenos de significados relacionados à intenção do sujeito em apropriar-se do território. Diante dos relatos da paisagem, a prefiguração define uma primeira operação de análise discursiva - a *fragmentação* - que busca colocar em evidência este sistema de gestos através da interpretação de unidades de análise que se relacionam à paisagem. O encontro com estas unidades de análise está mediado também pela subjetividade do investigador, e pelas problemáticas que o levam a olhar para as narrativas para entender a paisagem em suas variadas dimensões.

A *categorização* das unidades de análise em uma matriz da paisagem narrada nos leva à *configuração*, que por sua vez se explica através da colocação em intriga, a inteligibilidade e a intertextualidade. A primeira se refere à polifonia da matriz, à inserção de todos os elementos interpretados em um mesmo sistema instiga os questionamentos; a segunda é o estabelecimento de relações e as possíveis conexões entre as categorias; e a

terceira remete à confrontação entre estas conexões. Entendemos esta matriz como um sistema sempre aberto, tanto à novas inserções de categorias como novas interpretações.

Estabelecidas as categorias e suas relações é o momento de investigar possíveis sequências de organização, tentando expressar as compreensões alcançadas sobre a paisagem a partir dos relatos. Para isso recorreremos à *refiguração*, como a operação que leva elaboração de um metatexto - que nos permite não somente expressar a releitura das relações presentes nos relatos como também novas proposições conceituais mediadas pelo corpo-pesquisador enquanto sujeito presente e ativo no estudo das narrativas. A articulação entre os fragmentos narrativos em novas proposições pode ser realizada de diversas maneiras - montagens imagéticas, textuais, orais, cartográficas, além de híbridos das mesmas. O metatexto pretende expressar as subjetividades presentes nas narrativas, e nesta expressão encontrar os argumentos conceituais que podem nos levar a novas táticas para a prática projetual na contemporaneidade (CARON, 2017). A criação destes argumentos é um modo de expor os conflitos e dissensos que caracterizam a permanente disputa travada na arena urbana, e deste modo reforçar o aspecto ético e político presente nos relatos cotidianos que deve orientar as nossas táticas de projeto.

Para iniciar o contato analítico com o Jornal Boca de Rua precisamos estabelecer uma pergunta, já que a narrativa por si é sempre ampla e pode derivar em múltiplas direções de análise de acordo com o interesse do pesquisador. Utilizamos o conceito de pergunta geradora da entrevista narrativo-episódica (CARON, 2017), cuja função principal é focalizar a temática da pesquisa num tipo de entrevista aberta. No caso do Jornal Boca de Rua os relatos já estão elaborados e publicados, portanto, a pergunta aqui funciona como fio condutor da análise que nos permite, no início da prefiguração/fragmentação, separar o conteúdo semântico do conteúdo episódico do relato.

Nos perguntamos então: qual a dimensão pública da paisagem do centro de Porto Alegre, a partir dos relatos do Jornal Boca de Rua? Para pensar a dimensão pública recortamos um período que fosse relevante para o que estamos vivendo no país, e os últimos 3 anos constituem um recorte sobre o qual queremos falar. Nos envolvemos com 9 edições do Jornal Boca de Rua, entre os anos de 2016 e 2018, buscando com uma primeira leitura dos relatos perceber que vieses, perspectivas e pontos de vista atravessam estas narrativas. Esta atenção à semântica ao texto busca, neste primeiro momento, encontrar as transversalidades que podem dizer a dimensão pública da paisagem nas vozes e olhares invisibilizados pelo modo hegemônico operante no urbano. [Re]visitamos as categorias da narrativa disponibilizadas nas experiências anteriores de pesquisa, deslocando alguns sentidos e incorporando outros. Ainda buscando encontrar os indícios integradores de Barthes [temas] que atravessam a narrativa, desdobramos o conceito de *cronotopo* (BAKHTIN, 1989) em diferentes temporalidades que podem ser detectadas nos relatos do jornal.

Os temas que emergem sobre a dimensão pública da paisagem são o pertencimento, a visibilidade e a cidadania. O conjunto de temas nos sugere a existência de uma relação sequencial, processual e subordinada, quando pensamos as performances postas em marcha

na direção do reconhecimento dos direitos urbanos, culminando na plena disposição da dimensão pública da paisagem. A dinâmica instituída pressupõe a demarcação, ou a não demarcação - uma vez que a ausência também é constituidora -, de cada um desses temas na dinâmica de subjetivação dos sujeitos, conformada a partir das interações entre o eu e o outro, interações próprias da condição da vida comunitária, e manifestas pela visão de alteridade.

O pertencimento pode assumir ou combinar duas vias: uma que parte da percepção do sujeito como pertencente à cidade, incorporando uma posição ativa dentro das territorialidades e funções urbanas, e a outra que parte da percepção da cidade - da forma como se constitui -, enquanto pertencente ao sujeito. Em síntese, o tema do pertencimento expressa o reconhecimento do sujeito a partir de uma identificação com o lugar, própria e do outro. A visibilidade se dá em um segundo momento de reconhecimento desse sujeito. Alicerçado no reconhecimento e na demarcação de pertencimento, o sujeito passa a ganhar corpo, torna-se então, visível. Da mesma forma que os demais temas, a visibilidade é aceita pelo outro e assim trazida à tona. Ou, por outro lado, a visibilidade pode também ser marcadamente reprimida e obliterada. A visibilidade é condição primária e intrínseca ao exercício da cidadania, terceiro tema que emerge a partir das narrativas do jornal Boca de Rua, e que encerra o ciclo de dinâmicas da alteridade. A cidadania só é possível na medida em que o pertencimento e a visibilidade estejam postos. Este é o tema que mais diretamente se relaciona com a garantia dos direitos humanos e dos direitos urbanos. Conceitualmente carrega uma relação completamente costurada com a vida na cidade. A cidadania está calcada no reconhecimento do sujeito enquanto cidadão, que inserido em uma concepção de formação dissensual do espaço urbano, que integra confrontos e diferenças, tem o seu pleno direito à existência garantido. O tema carrega, portanto, uma ideia de equidade de direitos no usufruto das disposições urbanas.

Está evidente que desde o primeiro tema abordado, é possível questionar a dimensão pública da paisagem. Pois, se aquilo que é público é compreendido pelo que a todos pertence, e se o sujeito em situação de rua não está contemplado dentro dessa compreensão, permanecendo alijado do reconhecimento de sua existência, seja pelas noções de pertencimento, visibilidade, cidadania ou pelo contingenciamento de todas, de que público estamos falando?

A reflexão sobre um tempo humanizado e vivido pelo sujeito de Ricoeur associada à ideia de cronotopo de Bakhtin, nos leva a interpretar cronotopos nos relatos do Boca associados a diferentes estados e temporalidades. No presente temos os [lugares que são] ativados nos relatos para comunicar a visão dos sujeitos sobre o seu cotidiano e o seu *ethos*; e os [lugares que estão] que são ativados pelos eventos de contato entre os sujeitos e coletivos que estão à margem dos direitos humanos e cidadãos e os equipamentos e instituições que dão ou deveriam dar suporte a estes sujeitos.

No passado temos os [lugares que foram] que ativam uma memória no relato. Estas memórias podem ser registros positivos ou negativos, são lembranças que constituem o passado dos sujeitos nas ruas do centro. No futuro temos os [lugares que seriam], que se

apresentam num futuro condicionado, relacionados à espera de algo, à expectativa e ao desejo de mudança.

A partir desta experiência e das conceituações de Bakhtin ainda podemos inferir outras qualidades ao cronotopo. O autor explica o cronotopo da estrada falando em distâncias sociais não superadas e em metaforização do caminho-estrada onde o sustentáculo principal é o transcurso do tempo. Com maior valor emocional, define o cronotopo do encontro como elemento constituinte da composição de uma história, como uma espécie de nó ou ponto culminante. Vimos que os [lugares que são], que marcam a experiência presencial do *ethos* nas ruas, se aproxima do cronotopo da estrada. Por outro lado, os [lugares que estão] (presente), [lugares que foram] (passado) e [lugares que seriam] (futuro condicionado) marcam o cronotopo do encontro, já que se referem a eventos de confrontação do sujeito com as instituições e espacialidades da cidade.

Tanto na estrada como no encontro, ora o sujeito é afetado por dinâmicas de acolhimento, ora por dinâmicas de controle, ou ainda por dinâmicas que definimos como ambíguas quando se trata de encontros entre sujeito e instituições que deveriam operar a favor dos direitos dos cidadãos, e reiteradamente exercem dinâmicas de controle que deslegitimam sua voz, seu corpo, seu gênero, sua raça, sua classe social ou suas configurações coletivas/familiares.

Estes dois conjuntos [temas e cronotopos] são intermediados na matriz da paisagem narrada, conceitualmente aberta à novas inserções temáticas e cronotópicas. Para cada intermediação entre tema e cronotopo elaboramos uma cartografia que registra a dimensão pública da paisagem na espaço-temporalização do pertencimento, da cidadania e da visibilidade. Que lugares do centro abrigam a sensação de pertencimento e não pertencimento para sujeitos e coletivos que não tem acesso aos serviços básicos de saúde, moradia, saneamento, educação? A prática da cidadania é no tempo do agora, foi ou seria? Como se desloca a visibilidade desses sujeitos ontem e hoje? Há um amanhã? A ideia da intermediação entre tema e cronotopo portanto é no sentido de abrir possibilidades de dizer este centro legitimando mais vozes, e a matriz um tecido que deve, sempre, ser atravessado por mais um fio.

Na série cartográfica sobre o pertencimento podemos visualizar que ruas, bordas, leitões, parques e praças são acessados permanentemente pelos sujeitos narrados no Boca de Rua, constituindo sentidos para a identificação deste corpo-percorredor com a cidade. O sentido de pertencimento gera a territorialização das margens da cidade, entendendo margens como algo que está fora do controle institucional. Quanto aos cronotopos do encontro, no presente observamos uma tensão entre os lugares que acolhem e controlam, sublinhando também o deslocamento do acolhimento para o controle evidenciando diversos lugares onde o sentido de pertencer é ambíguo. No passado volta a figurar o sentido de pertencimento nas bordas e espaços abertos, e chama atenção à ausência dos lugares de controle, figurando apenas instituições de acolhimento com controle além de ocupações e ONGs. Ao futuro, o pertencimento reserva apenas as margens e as ocupações.

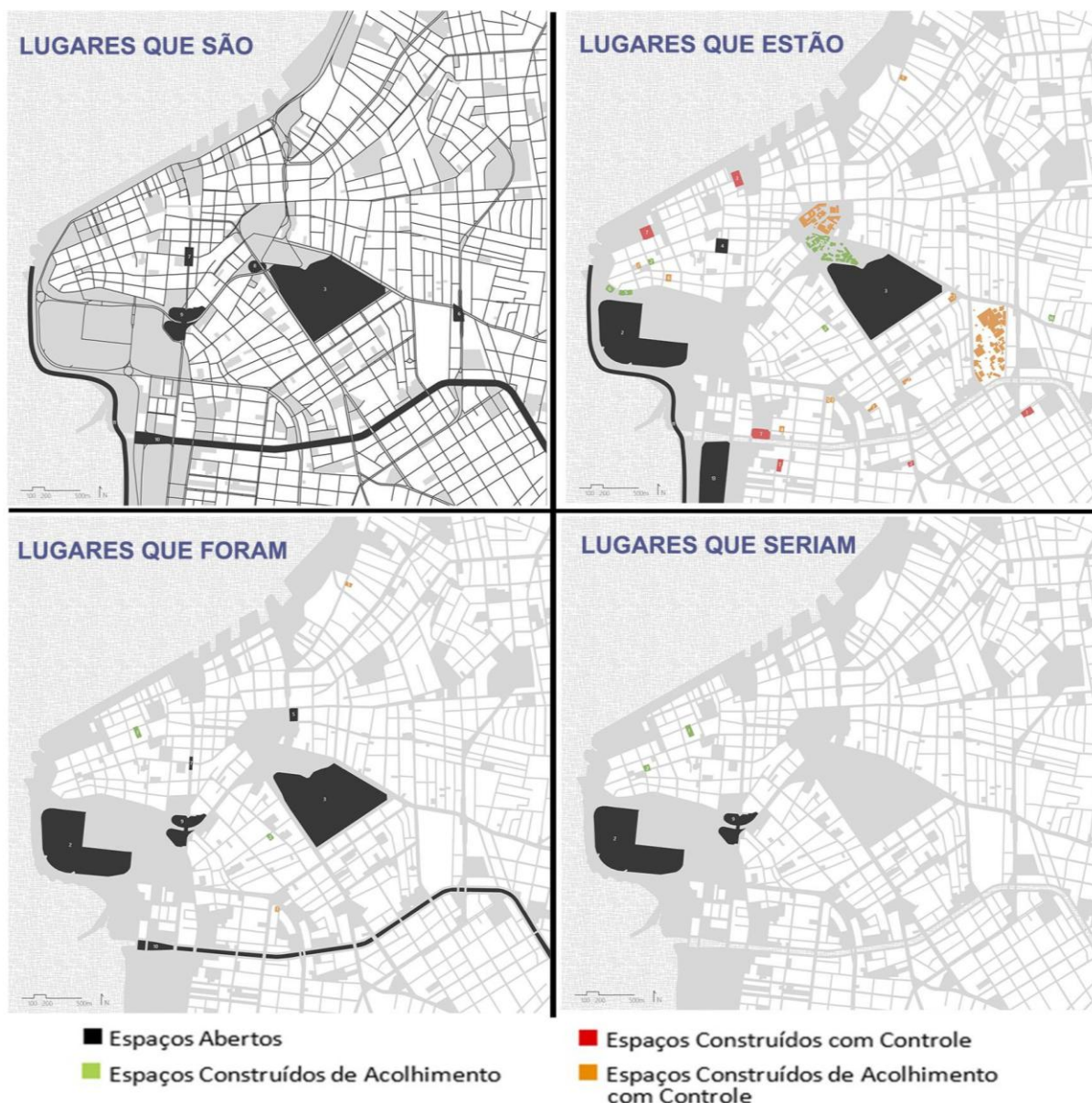


Figura 1 - Cartografias do pertencimento. Fonte: dos autores, 2018.

A visibilidade marca o *ethos* dos sujeitos em situação de rua apenas nas ruas e no parque mais central da cidade. A posição ocupada por este parque na cartografia da visibilidade reflete uma percepção deste lugar como múltiplo, acolhedor, diverso, convocando uma aceitação dos conflitos e dissensos que constituem dimensão pública da paisagem. Nos confrontos marcados pelo cronotopo do encontro figura este mesmo parque no tempo presente, além da presença dos lugares marcados pela dinâmica do acolhimento, destacando-se na cartografia o campus universitário, centros culturais e estabelecimentos comerciais. A visibilidade no tempo presente é também evidenciada por dinâmicas de controle demarcadas principalmente pela atuação dos agentes e equipamentos policiais. No passado, a visibilidade se manifesta apenas em alguns lugares de grande concentração e movimentação urbana, e no futuro condicionado a cartografia é pura ausência. Não há

expectativa futura de visibilização do seus corpos e suas vozes, não há, nos relatos, perspectiva de visibilidade que legitime seus direitos como ser humano e cidadão.

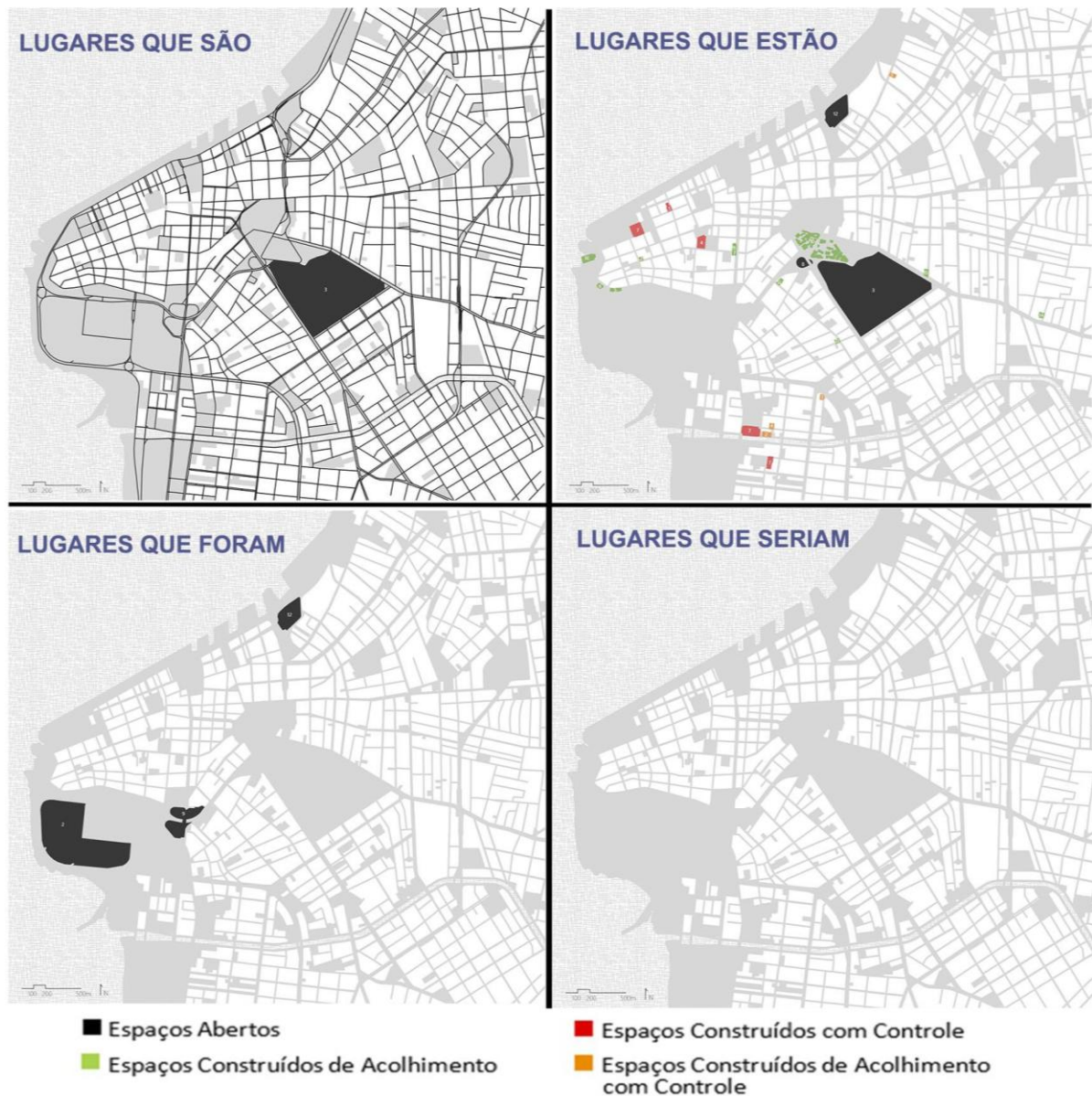


Figura 2 - Cartografias da visibilidade. Fonte: dos autores, 2018.

A sequência da cidadania retoma um *ethos* nas ruas e nos parques, com menor ênfase nas bordas d'água como era o caso do pertencimento. Os parques parecem assumir sua função cívica enquanto espaço de manifestação e luta política. Quanto aos cronotopos do encontro, vemos um presente marcado novamente por uma tensão entre o acolher e o controlar, com maior ênfase para as dinâmicas do controle. No passado chama atenção que o exercício da cidadania se dê em equipamentos de saúde e entornos de viadutos. No futuro, a expectativa de uma prática cidadã inclusiva é depositada sobremaneira em equipamentos de saúde e em centros de assistência social.

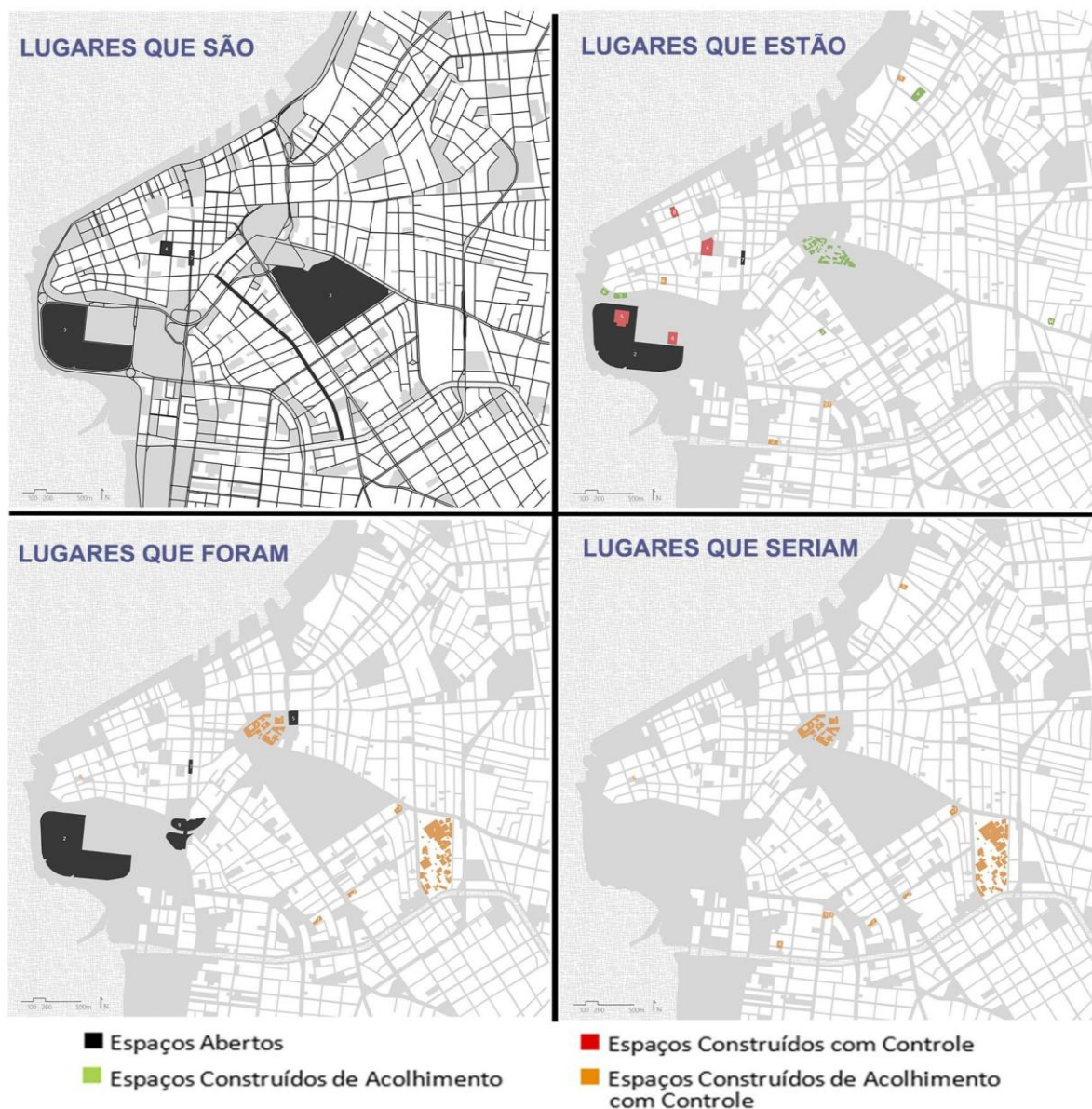


Figura 3 - Cartografias da cidadania. Fonte: dos autores, 2018.

Os relatos trazem portanto um *ethos* do corpo-percorredor pertencendo às margens da cidade, que se visibiliza no parque central onde provavelmente a dimensão pública da paisagem esteja subordinada a um sentido de comum, e que finalmente se torna político ao expressar uma consciência de direitos urbanos em lugares evidentemente marcados pelos dissensos que resultam da desigualdade social. Isso fica bastante evidente nas cartografias dos [lugares que são], que constituem o *ethos* comportamental dos sujeitos em deslocamento urbano. Para a expressão deste *ethos* seria interessante incorporar o movimento, desenvolver um diagrama que de algum modo convocasse o corpo-sujeito em uma coreografia urbana. Um corpo que é sujeito em seu processo de subjetivação com a cidade; um corpo que é coletivo a partir da relação com o outro, envolvendo dinâmicas de acolhimento que podem gerar o sentido de comunidades nômades no urbano; um corpo

que é político na medida que expressa lógicas contraditórias, configuradas a partir da disputa travada nas ruas cotidianamente. Ao discutir a obra de Rancière sobre o estético e o político, Pallamin (2010) comenta que

Os sujeitos políticos constituem-se à medida que põem em confronto as citadas lógicas contraditórias, sendo motivados pelo dano, que é estrutural e original à toda política. É importante frisar que, para o filósofo, estes sujeitos não existem previamente ao dano. Eles são o modo de manifestação deste dano, são eles que lhe dão fisionomia. Por isso o sujeito político não equivale meramente àquele que toma consciência de si, mas sim àquele que se torna um agente do dissenso, advindo do dano político. (PALLAMIN, 2010, p.5)

Nas cartografias do cronotopo do encontro, nas temporalidades presente, passado e futuro, observamos o enfrentamento deste sujeito político com as instituições e espacialidades que demarcam o sentido de público nas disposições urbanas. Este enfrentamento remete à ideia de evento de Ricoeur comentada por Barros (2012, p. 8-9)

Para Paul Ricoeur, o evento não corresponde necessariamente ao “tempo curto”, ao acontecimento pontual da chamada “história factual” ou da pequena narrativa cotidiana que é contada para um ouvinte. O “evento” é na verdade tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa: pode assinalar o início de um processo, demarcar o seu fim, produzir uma mudança de curso, agregar mais movimento a um processo em andamento, estancar este processo, ou acrescentar ao relato um novo elemento informativo. [...] Não é a extensão de tempo que define o evento, mas sim a sua qualidade, o seu poder de transformação ou de intensificação no interior da narrativa que o inclui.

Entendemos os cronotopos do encontro como eventos constituídos, ora pela ação do acolhimento entre sujeito em situação de rua e cidade, ora pela ação do controle exercido sobre estes sujeitos pelas instituições com função pública. Retomando a ideia de um processo sequencial e subordinado entre os três temas que emergem nos relatos do Boca de Rua, vemos que a temporalidade do presente é demarcada por um habitar as margens e pela tensão entre acolher e controlar na perspectiva do pertencimento; constitui a visibilidade destes sujeitos enquanto corpos desviantes da ordem urbana hegemônica no parque mais central e democrático da cidade; para fundar novamente a tensão estabelecida pelas ações de controle sobre os corpos desses sujeitos em diversos parques urbanos e equipamentos, na luta pelos direitos à cidade.

Nos eventos narrados no passado vemos um pertencer positivo comparado ao presente, já que não estão demarcados espaços com controle e de acolhimento com controle. As memórias relatadas trazem uma ideia de visibilidade em lugares caracterizados

pela mistura e tensão entre sujeito-sujeito, entre sujeito-infraestrutura urbana; e antagonicamente narram a percepção da visibilidade no parque menos caracterizado pelas práticas cidadinas e por isso mais acolhedora para as práticas dos sujeitos e comunidades em situação de rua. A prática da cidadania rememora os lugares responsáveis pela saúde coletiva num processo de luta por direitos, ao passo que demarca entornos de infraestruturas viárias e praças como lugares que possibilitam estas lutas.

Finalmente a espera, ou o futuro condicionado retorna a um pertencer às margens demarcando espaços abertos com pouca interlocução social e ocupações, indicando um gradual estancamento do processo de inclusão dos sujeitos em situação de rua. Este retorno à exclusão mostra a ausência de expectativa de ser visível ao outro, gerando uma cartografia completamente esvaziada de interlocuções sociais que caracterizam uma alteridade. Este sujeito desviante que espera, e ao mesmo tempo deseja, condiciona sua ação política por um lado à reivindicação de que os equipamentos públicos assistenciais e de saúde pública reconheçam a sua legitimidade enquanto sujeitos que possuem escolhas.

A DIMENSÃO PÚBLICA DA PAISAGEM DO CENTRO

A modernidade deixou marcas na configuração da paisagem e daquilo que podemos compreender como sua dimensão pública: resíduos do território que sobram e resistem mediante ampliação da dimensão privada. A tendência à privatização da dimensão urbana, cada vez mais restritiva e não partilhada, dialoga de maneira estreita com as práticas de mercantilização do território e de controles institucionais em que a supremacia do interesse privado sobre os comuns urbanos deixa de legado à paisagem, um cenário cujas fragmentação e segregação socioespacial criam barreiras físicas e simbólicas que, por sua vez, obstaculizam a identificação e o acesso aos benefícios urbanos, ditando a lógica de produção e organização da cidade. As barreiras simbólicas podem ser percebidas ao assentarmos o olhar sobre os desafios da configuração narrativa que a própria fragmentação da dimensão urbana impõe, de certa forma, borrando a inteligibilidade do espaço por um corpo-percorredor que se desloca entre fragmentos tentando localizar-se na paisagem. Neste percurso, obstáculos à percepção de pertencimento são impostos a determinados sujeitos, ainda que estes percorram domínios, *a priori*, públicos. Na tentativa de superar os efeitos da fragmentação da dimensão urbana, o controle, seja público ou privado, sobre as práticas cidadinas se apresentam como refigurações de narrativas hegemônicas, uma vez que atuam como dispositivos que visam superar os desvios resultantes das organizações societárias, negando o direito à vida pública a uma parcela da população.

Para a definição dos [lugares que são], que inauguram nossas bases cartográficas e seus diferentes temas, partimos da conceituação do público alinhada à definição de Abrahão (2008), como sendo conformado por “espaços tradicionais de uso comum das cidades, como ruas, praças, largos e avenidas” (p.16). Repousar o olhar sobre sujeitos em situação de rua, que teriam como único recurso, além de seu próprio corpo, aquilo que resta de público na dimensão urbana privatizada, nos permitiu movimentar os limites de definição do que é público. Em consonância com concepções associadas à polis grega, que o compreende

enquanto um espaço físico destinado à vida social e cívica do cidadão, pudemos ampliar a noção de público para uma concepção que inclui as relações entre sujeitos, ou entre sujeito e sociedade, corporificando uma dimensão política, conforme acepção desenvolvida por Arendt (1991 [1958]). Segundo a autora, na polis da cidade grega a vida pública se constituía a partir de duas atividades políticas: a ação e o discurso, e se realizava através da reunião de cidadãos livres cujos discursos verbalizados passavam a tomar forma em ação.

Se para Arendt o espaço público se manifesta como o lugar da ação política, para Habermas (1984 [1962]), o espaço público é o lugar da comunicação e do encontro multissocial. Diferentemente de Arendt, o autor, em sua teoria da ação comunicativa, afirma que a ‘ação’ não é apenas política, pois é composta por discursos colocados em debate visando o entendimento mútuo entre os interlocutores e o estabelecimento de uma ‘razão’ intersubjetiva e comunicativa, que seria a base da noção de razão pública. Então, a esfera pública seria o espaço onde ocorre a comunicação de uns com os outros.

A crença na possibilidade de um consenso universal, advindo da comunicação mediada pela razão, é o ponto de partida para a crítica de Mouffe (2013) às concepções de Arendt e Habermas sobre espaço público. A autora advoga pela adjetivação da concepção de espaço público a partir da inclusão de um sentido agonístico, distinto da dimensão antagônica tomada pela autora como constitutiva das sociedades humanas (MOUFFE, 2013, p.183), portanto, impossível de ser erradicada uma vez que estamos sempre lidando com demarcações e identificações que se dão pela oposição entre um nós e um outro. Neste sentido, para a autora, não haveria possibilidade de inclusão pelo consenso sem que se recaia em alguma forma de exclusão. É partir daí que podemos argumentar que a destinação do direito à vida social e cívica na dimensão urbana encontra legitimidade apenas mediante à garantia dos direitos à cidadania, por sua vez, dado a partir do reconhecimento do direito de existência dos sujeitos, apesar de suas constituições antagônicas. É no limiar da visibilidade dada por esse reconhecimento que se delineiam algumas das fronteiras da dimensão do público na paisagem, no sentido do comum que perpassa a concepção de política democrática de Mouffe (2013).

Nesse sentido, a paisagem por sua dimensão pública, se inscreve também através da relação entre subjetividade e materialidade urbana que todavia, não trata apenas de um sistema de configuração espacial, mas engloba também o domínio da percepção do sujeito em relação ao espaço e ao outro. As diferenças que marcam o sujeito em situação de rua, em oposição aos sujeitos que não carregam esta demarcação social, contingenciam a experiência do corpo-percorredor através dos cronotopos que emergem na paisagem. Na simultaneidade espaço-temporal que caracteriza o encontro, o que deveria dar suporte suplementar à existência do sujeito em situação de rua e ao seu direito de acesso aos benefícios urbanos, dá origem a cronotopos em que substancializa-se a ambiguidade construída entre relações de acolhimento e de controle. Cronotopos onde a pluralidade e as práticas desses sujeitos desviantes às normatizações da sociedade racionalmente organizada são eliminadas a partir de políticas públicas calcadas em concepções antagônicas, alicerces sobre os quais a subjetivação do *ethos* morador de rua reifica-se, configura-se, refigura-se.

O rápido desenho de algumas questões que afetam o planejamento e o projeto urbano no país nos conduz à dimensão pública da paisagem, como problemática que deve ser encarada a partir dos processos de invisibilização e deslegitimação das narrativas contra-hegemônicas que constituem o urbano. A partir daí discutimos a analogia entre paisagem e narrativa como possibilidade operativa para ler os territórios contemporâneos, colocando a atenção nos processos cotidianos que constituem a experiência dos sujeitos e coletividades urbanas. Esta trama epistemológica constrói então a base para a exploração metodológica da pesquisa sobre a dimensão pública da paisagem do centro de Porto Alegre a partir dos relatos dos sujeitos em situação de rua. A discussão do metatexto cartográfico resultante das análises nos aproxima de um modelo agonístico da concepção da dimensão pública, reconhecendo como legítimas as demandas de sujeitos marcados pela diferença e pela exclusão.

Tomando-as como potentes dispositivos na leitura da dimensão pública da paisagem, e do público como lugar de encontro/confronto, a valorização das narrativas urbanas produzidas pelo sujeito em situação de rua, -como é o caso da análise que essa pesquisa cartográfica se propôs investigar desde as narrativas produzidas no *Jornal Boca de Rua*-, enfatiza vozes que permanecem à margem das políticas de planejamento urbano. Políticas estas que são normalmente pautadas pela lógica do consenso e pela eliminação das diferenças em busca de uma homogeneidade da paisagem, que seja mais confortável às postulações das narrativas hegemônicas e dominantes, em um futuro sempre aberto e condicionado, nem sempre visível.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luis. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 5 ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991[1958].
- BAKHTIN, Mikhail. *Teoría y estética de la novela*. Madrid: Taurus, 1989.
- BARTHES, Roland. *Introducción al análisis estructural del relato*. A: Niccolini, S. comp. El análisis estructural. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977, p. 65-101.
- BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 9, ano IX, nº1, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

- BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. A: Correa, R.L., Rosendahl, Z. (eds.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.
- CARON, Daniele. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial*. Paraty, Rio de Janeiro, Brasil como caso de estudio. Barcelona, Cataluña. Tese de Doutorado. Universidad Politécnica de Cataluña, Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, 2017.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.
- CHOAY, Françoise. *El urbanismo: utopías y realidades: una antología*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.
- CLEMENTI, A. Paisaje y gestión del territorio en Italia. A: MATA, R. TARROJA, A. (coord.) *El Paisaje y la gestión del territorio: criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo*. Barcelona: Diputació de Barcelona, Xarxa de municipis, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1962].
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec. 1996. Recuperado de http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf
- MARICATO, Ermínia. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo em Perspectiva, 14(4), 21 – 33. 2000.
- MOUFFE, Chantal. *Quais espaços públicos para práticas de arte crítica?* Arte & Ensaios, n.27, p.181-199, dez. 2013.
- MUÑOZ, Francisc. *Urbanización: paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008.
- PALLAMIN, V. *Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière*. Revista Risco, n. 12, p. 6-16, jul. 2010.
- PALOMBINI, Leonardo Lahm. *Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS*. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 2015.
- POTTEIGER, Matthew., PURINTON, Jamie. *Landscape narratives. Design practices for telling stories*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1998.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. 2000. Recuperado de: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/download/CIDADE_DESIGUAL_OU_CIDADE_PARTIDA.PDF

RICOEUR, Paul. *Arquitectura y narrativa*. A: Muntañola, J. *Arquitectonics: Arquitectura y hermenéutica*. Barcelona: Edicions UPC, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.